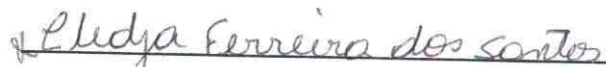


PROCURAÇÃO PARTICULAR

Pelo presente instrumento particular de mandato, **ARTHUR SANTOS DA HORA**, brasileiro, menor impúbere, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 145.482.984-28 e RG nº 4254782-2 SESP/AL, e **LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA**, brasileiro, menor impúbere, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 145.480.194-80 e RG nº 4255014-9 SESP/AL, ambos representados por sua genitora **CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, do lar, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 076.050.744-92 e RG nº 3181826-9 SESP/AL, todos residentes e domiciliados no Povoado Gerais, S/N, Zona Rural, na cidade de Teotônio Vilela, estado de Alagoas, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **JOSÉ VITOR CASTRO COSTA NETO**, **KLEBER RODRIGUES DE BARROS**, **MAXILÂNIO FABIAN CAVALCANTE** E **JOSÉ WILLAMES OLIVEIRA COSTA**, advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Alagoas, sob nºs 13.646, 13.647, 13.648 e 16.291, respectivamente, todos com endereço para correspondências judiciais na Rua Brasília, nº 434-A, Bairro Brasília, Arapiraca/AL, a quem confere amplos poderes, atuando em **foro em geral**, com cláusula *ad juditia et extra*, em qualquer instância ou Tribunal, em Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, e demais necessárias para a finalidade pretendida pela outorgante, podendo ainda os outorgados, transigir, confessar, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, concordar com cálculos de avaliações, reconhecer hipossuficiência financeira do outorgante, enfim todos os atos necessários que visem a boa e fiel concretização dos deveres e prerrogativas advocatícias de defesa dos direitos subjetivos e interesses jurídicos da outorgante, bem como substabelecer a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, atuando em conjunto ou separadamente.

Arapiraca/AL, 09 de janeiro de 2019.


OUTORGANTE

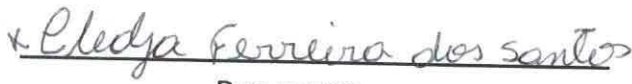
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

ARTHUR SANTOS DA HORA, brasileiro, menor impúbere, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 145.482.984-28 e RG nº 4254782-2 SESP/AL, e **LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA**, brasileiro, menor impúbere, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 145.480.194-80 e RG nº 4255014-9 SESP/AL, ambos representados por sua genitora **CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS**, brasileira, divorciada, do lar, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (MF), sob nº 076.050.744-92 e RG nº 3181826-9 SESP/AL, todos residentes e domiciliados no Povoado Gerais, S/N, Zona Rural, na cidade de Teotônio Vilela, estado de Alagoas, **DECLARA**, para fins de obtenção de **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**, que é pobre, nos termos dos artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil, assim como dos artigos não revogados da Lei nº. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 7.881/89.

Firma a presente declaração consciente do que dispõe o art. 2º da Lei nº. 7.115, de 29 de agosto de 1983, *in verbis*:

“Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais na legislação aplicável.”

Arapiraca/AL, 09 de Janeiro de 2019.


DECLARANTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL - PO/AL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

 **Polgar Direito**



NÃO ALFABETIZADO
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CONDIÇÃO DE VÁLIDA: 10/01/2010

fls. 7

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4255014-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/05/2017
NOME LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA VÁLIDO ATÉ: 30/04/2028

FILIAÇÃO JOSÉ ROGÉRIO DA HORA
CLEDJA FERREIRA SANTOS DA HORA

NATURALIDADE TEOTÔNIO VILELA - AL DATA DE NASCIMENTO 30/04/2010

DOC. ORIGEM CERTO NASC 19790 FLS 460 LIV A-25
TEOTÔNIO VILELA-AL

1 VIA 
MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
CHEFEIA ESPECIAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONDIÇÃO DE VÁLIDA: 10/01/2010



Número
145.480.194-80

Nome
LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA

Nascimento
30/04/2010

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE WILLAMES OLIVEIRA COSTA e www2.tjal.jus.br, protocolado em 11/03/2019 às 19:36, sob o número 07001728620198020038. Para conferir o original, acesse o site <https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0700172-86.2019.8.02.0336 e código 334396.

REGISTRO
GERAL

4254782-2

DATA DE
EXPEDIÇÃO

08/05/2017

NOME

ARTHUR SANTOS DA HORA

FILIAÇÃO

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA

CLEDJA FERREIRA SANTOS DA HORA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

ARAPIRACA - AL

03/02/2004

B.O.C. ORIGEM

CERTO NASC 40129 FLS 134 LIV A-41

JUNQUEIRO-AL

CPF

1 VIA

MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
CHEFE ESPECIAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 60

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONFECCIONADO NO BRASIL - THOMAS GROSS

ESTADO DE ALAGOAS

fls. 8

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PERÍCIA OFICIAL - POAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS



Polegar Direito



Arthur Santos da Hora

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CONFECCIONADO NO BRASIL - THOMAS GROSS

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
145.482.984-28Nome
ARTHUR SANTOS DA HORANascimento
03/02/2004

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL - PO/AL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

Polegar Direito

Cledja Ferreira dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3181826-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/12/2016

NOME **CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS**

FILIAÇÃO **DORGIVAL FERREIRA DOS SANTOS**
MARIA HELENA DE GÓES

NATURALIDADE **JUNQUEIRO - AL** DATA DE NASCIMENTO 11/08/1986

DOC. ORIGEM **CERTO CAS AVERB DIVORCIO 31 FLS 16 LIV BAUX1**
TEOTÔNIO VILELA - AL

CPF 076.050.744-92

2 VIA

MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
CHEFE ESPECIAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P 566



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
076.050.744-92

Nome
CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS

Nascimento
11/08/1986

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Seio de Autenticidade
 Tyerre Chagas da Silva
 Oficial Titular
 Claudinete de Jesus Teodoro Santa
 Substituta
 Junqueiro - AL
 AA194588
 Isento

Estado de Alagoas
 Junqueiro
 Serviço de Registro Civil e Notas de Junqueiro

Certidão de Nascimento

Certifico que às fls. 134 sob o nº 40129, do livro nº A-41 de assentamentos de nascimentos está registrado o de

ARTHUR SANTOS DA HORA

do sexo masculino, ocorrido no (a) Maternidade Nossa Senhora de Fátima, em Arapiraca - Alagoas, no dia três de fevereiro de dois mil e quatro, às 19:30 horas.

O registrando é filho

de JOSÉ ROGÉRIO DA HORA
 natural de Junqueiro - AL
 e de CLEDJA FERREIRA SANTOS DA HORA
 natural de Junqueiro - AL

sendo avós:

paternos Coaraci Eugenio da Hora
 e Maria Eurides Conceição da Hora
 maternos Dorgival Ferreira dos Santos
 e Maria Helena de Góes

Observação: registro feito no dia 19 de março de 2004.

O referido é verdade e dou fé.

Junqueiro, 19 de março de 2004

Claudinete de Jesus Teodoro Santa

Tyerre Chagas da Silva
 Oficial Titular
 Claudinete de Jesus Teodoro Santa
 Substituta
 Junqueiro - AL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
CARTÓRIO JOÃO EUDES
REGISTRO CIVIL E NOTAS
 Av. Antônio Ubaldos dos Anjos, 13 - Centro
 CEP: 57265-000 - Fone: (82) 3543-1167
 Bel. João Eudes Silva dos Santos
 Tabelião e Registrador
 Genivan Bertolino dos Santos
 Eldeir Bulhões dos Santos
 Substitutos
TEOTÔNIO VILELA - ALAGOAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

Nome:

LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA

Matrícula:

002238 01 55 2010 1 00025 460 0019790 87

Data de nascimento (por extenso)

trinta de abril de dois mil e dez

Dia	Mês	Ano
30	04	2010

Hora de nascimento

11h28min

Município de nascimento e UF

Teotônio Vilela/AL

Município de registro e UF

Teotônio Vilela Estado de Alagoas

Local de nascimento

Maternidade Nossa Senhora das Graças,
Teotônio Vilela, Estado de Alagoas

Sexo

Masculino

Filiação

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA, natural de Junqueiro/AL e CLEDJA FERREIRA SANTOS DA HORA, natural de Junqueiro/AL

Avós

Coarací Eugenio da Hora e Maria Eurídes Conceição da Hora (paternos) e Dorgival Ferreira dos Santos e Maria Helena de Góes (maternos)

Gêmeos

Não

Nome e matrícula do(s) gêmeos(s)

Nada consta.

Data do registro (por extenso)

trinta de abril de dois mil e dez

Nº DNV (Declaração de nascido vivo)

30-052101924-0

Observações/Averbações

Registro lavrado no Livro A-25, às fls 460, sob o número 19790.

Nome do ofício

Serviço Notarial e Registral das Pessoas Naturais

Oficial registrador

João Eudes Silva dos Santos

Município/UF

Teotônio Vilela/Estado de Alagoas

Endereço

Av. Antônio Ubaldos dos Anjos, 13 Centro

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Teotônio Vilela, 30 de abril de 2010

Genivan Bertolino dos Santos
Substituto



Serviço Registral E Notarial
 Dilza Barbosa da Silva
 Tabela e Registradora
 Andreia Barbosa da Silva
 Substituta
 Pov. Água de Meninos S/n
 Tel 82-99907 2227
Teotônio Vilela - Alagoas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO DE CASAMENTO DAS PESSOAS NATURAIS
**CERTIDÃO DE CASAMENTO
 RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL**



NOMES

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA

CPF
026.409.194-90

CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS

CPF
076.050.744-92

MATRÍCULA:

003962 01 55 2002 3 00001 016 0000031 50

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CONJUGES

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA, CPF/MF Nº 026.409.194-90, nacionalidade brasileira, natural de Junqueiro-AL, nascido no dia 26 de fevereiro de 1977, filho de COARACÍ EUGENIO DA HORA e MARIA EURIDES CONCEIÇÃO DA HORA

CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS, CPF/MF Nº 076.050.744-92, nacionalidade brasileira, natural de Junqueiro-AL, nascida no dia 11 de agosto de 1986, filha de DORGIVAL FERREIRA DOS SANTOS e MARIA HELENA DE GÔES

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO POR EXTENSO

Quatorze de novembro de dois mil e dois.

DIA	MÊS	ANO
14	11	2002

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

CLEDJA FERREIRA SANTOS DA HORA (ela)

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

Ato registrado no livro B AUX-1, às folhas 16, sob o nº 31. Data do registro: 14 de novembro de 2002. Data de celebração do Casamento Religioso com efeito civil: 12 de novembro de 2002.

Averbação: À margem do termo competente, consta a averbação de Divórcio Consensual de JOSÉ ROGÉRIO DA HORA e CLEDJA FERREIRA SANTOS DA HORA, passando ela a usar o nome de solteira: CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS, conforme sentença contida nos autos nº 0700072-39.2016.8.02.0038. Do fê. Água de Meninos, 30 de novembro de 2016. Compareceu a este Cartório a Sr Cledja Ferreira dos Santos, portadora do RG 3181826-9/SSP-AL e CPF 076.050.744-92, me apresentando a Certidão de óbito do Sr José Rogério da Hora, registrada no Cartório de Campo Alegre-AL no livro C-14, às folhas 141 sob o nº 4929, no dia 01/02/2018, cuja a cópia fica arquivada neste Cartório. O mesmo não deixou bens nem testamento, não era reservista, não era eleitor, deixou (01) um filho de maior idade e (03) três filhos menor de nome Rauni Santos da Hora, Arthur Santos da Hora e Luiz Alberto Santos da Hora. Consta também que a declarante Alda Maria dos Anjos, nacionalidade Brasileira, RG 1534386-SSP-AL, CPF/MF nº 020.679.074-09, profissão Funcionária Pública Municipal, residente Rua Iraci Vieira da Silva, nº 25, N/Cidade de Campo Alegre-AL, Companhia do felecido. Água de Meninos. 04/05/2018

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

Nada consta.

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício
 Serviço Registral e Notarial das Pessoas Naturais
 Oficial Registrador
 Dilza Barbosa da Silva
 Município/UF
 Teotônio Vilela/AL/AL
 Endereço
 Pov. Água de Meninos, s/n - Zona Rural - Teotônio Vilela/AL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
 Teotônio Vilela/AL, 4 de maio de 2018.

[Assinatura]
 Oficiala

AA 976349



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUNQUEIRO	02001230
Agência da Previdência Social	Código

Certifico para os fins previstos no parágrafo 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26 de 11/09/75, Lei nº 6.858 de 24/11/80, e parágrafo único do art. 1º do decreto nº 85.845 de 26/03/81, que foi concedida a PENSÃO POR MORTE requerida em 16/02/2018

Nome do Segurado: JOSE ROGERIO DA HORA

Documento de Identidade : 1651072 SSP -AL
PIS/PASEP : 1255943201-5

Nº do Benefício: 1559038370

Último Empregador : FRANCIELE T. DA COSTA TRANSPORTE
CNPJ : 28.673.642/0001-70

Dependentes:

Nome	Qualidade	Data Nascimento
LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA	FILHO	30/04/2010
ARTHUR SANTOS DA HORA	FILHO	03/02/2004

Esta Certidão tem efeito para levantamento de valores correspondentes a:

- PIS - Programa de Integração Social
- PASEP - Programa de Formação do Patrimônio de Servidor Público
- FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- Quantias devidas pelo empregador a seu empregado em decorrência de relação de emprego
- Restituição de Imposto de Renda
- Saldo de contas bancárias, cadernetas de poupança, fundo de investimento, até 500 Obrigações do Tesouro Nacional e desde que não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário

OBS.: SEGURADO POSSUI OUTRO DEPENDENTE (VÍNCULO FILHO) EM PENSÃO DESDOBRADA NB 1644882857

Local e Data: JUNQUEIRO, 23/04/2018

Funcionário/Matrícula/Rubrica

Júnior Pinheiro de Araújo
Gerente da APS/Junqueiro
Mat. 1992553

Ass. Chefe de Benefício ou Substituto

SECRETARIA
DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVILDELEGACIA: 79º DP - Teotônio Vilela 6ª DRP/DPJA2
FONE: 35431155 DATA/HORA COMUNICADO: 28/01/2018 20:18
DELEGACIA DESTINO: 75º DP - Campo Alegre 6ª DRP/DPJA2

fls. 16

FATO

NATUREZA: ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE

INSTRUMENTO: Outros

DATA/HORA: 28/01/2018 04:30

LOCAL DO FATO: PROXIMO A RODOVIA BR 101 Zona Rural Campo Alegre

DIA DA SEMANA: 7 PONTO DE REFERÊNCIA: ESTRADA DE ACESSO

COR
1 BRANCO 4 PARDO
2 PRETO 5 SARARA
3 AMARELO 6 ALBINOESTADO CIVIL
1 SOLTEIRO 4 SEPARADO
2 CASADO 5 AMASIADO
3 VIUVONACIONALIDADE
1 BRAS. NATO
2 BRAS. NATURALIZADO
3 ESTRANGEIRODIA DA SEMANA
1 SEG 4 QUI 7 DOM
2 TER 5 SEX
3 QUA 6 SABGRAU DE INSTRUÇÃO
1 ANALFABETO 4 NIVEL MEDIO
2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR
3 FUNDAMENTAL

VITIMA

NOME / RAZÃO SOCIAL: JOSE ROGERIO DA HORA

RG: 1651072

SSP-AL

CPF

FILIAÇÃO: CORACI EUGENIO DA HORA

MARIA EURIDES CONCEIÇÃO DA HORA

PROFISSÃO: Motorista

DATA DE NASCIMENTO 26/02/1977

IDADE: 40

COR: 4

SEXO: M

UF: AL NATURALIDADE: JUNQUEIRO

NACIONALIDADE: 1

ESTADO CIVIL: 2

GRAU INSTRUÇÃO:

TURISTA:

ENDEREÇO: ANTONIO CUNHA LINHARES

Nº S/N

BAIRRO:

CIDADE: Boca da Mata

FONE

SE () PM () PF () PC () PRF () BM () GM ESPECIFICAR () EM SERVIÇO () FORA DE SERVIÇO () INATIVO

AFINIDADE VITIMA -> AUTOR:

OCORRÊNCIA RELACIONADA A:

Nº 0800-G/11-18

AUTOR: DESCONHECIDO

HISTORICO

VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO ESTAVA TRAFEGANDO EM UMA MOTOCICLETA QUE FOI ENTREGUE AO PROPRIETARIO, QUE É ENTEADO DA VITIMA;

BRUNO NATANIEL DOS ANJOS FLORENCIO, RG 4052503-1, CPF 089.676.044-83, FONE 9.9400-9261;

[*** Retificação: NA DATA DE HOJE, 02/05/2018, INSIRO OS DADOS DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE SUPRA: HONDA/CG 160 FAN ESDI 2017/2017; PRETA - PLACA: QLF-3504; RENAVAN: 01121996377. *** Retificado por Audail Chagas de Oliveira em 02/05/2018 21:43. Segundo informações de familiares da vítima (Cledja Ferreira dos santos), o Sr. Jose Rogério da hora saiu de casa para trabalhar, por volta das 04:30 da manhã, quando foi atingindo por um outro veículo não identificado; que o corpo de José rogerio da hora foi encontrado morto ao lado da moto HONDA/CG 160 FAN ESDI 2017/2017; PRETA - PLACA: QLF-3504; RENAVAN: 01121996377; que o veículo pertencia a pessoa de Bruno Nataniel dos Anjos Florencio, cpf 089.676.044-83, rg 4052503-1; que segundo informações de sua ex esposa, populares comentaram que um veículo sem identificação foi quem atingiu José Rogério da hora; que José Rogério morreu no local; que a moto conduzida por ele ficou toda danificada. Nada mais disse.

INQUÉRITO POLICIAL

NÚMERO 0802-M/18-0058

DELEGACIA: 75º DP - Campo Alegre 6ª DRP/DPJA2

NÚMERO: 062/2018

DATA INSTAURAÇÃO 25/07/2018 11:40:00

DATA CONCLUSÃO:

FORMA CONCLUSÃO:

MOTIVAÇÃO: Ocasional

TESTEMUNHA

1 NOME: MANOEL FREIRE DE MOURA

ENDEREÇO: Rua Frei Damião 221 centro Campo Alegre AL

2 NOME: ALDA MARIA DOS ANJOS

ENDEREÇO: RUA IRACI VIEIRA DA SILVA 25 Campo Alegre AL

NOTICIANTE:

ASS.:

ELABORADO POR: Alecxandro Ferreira Feitosa

ASS.:

RG / MAT.: 3010813

AUTORIDADE: ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS

ASS.:

RG / MAT.: 36

ESCRIVÃO AD-HOC: Alecxandro Ferreira Feitosa

ASS.:

Sidney W. Tenório de Araújo
Delegado de Polícia
Mat.: 492-8

RG / MAT.: 3010813

MAT. 300-5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALORES EM TÍTULOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
216944559

DOC. IDENTIDADE / CDS. EMISSÃO / UF
15-1072 BSB-AL

CPF
026.409.134-90 26/02/1979

PLACAS
CONRACI EUGENIO DA NORA
MARIA EUNIDES CONCEICA
O DA NORA

PERMISSÃO
ACC
CAL. PNE
D

VALIDADE
18/11/2014 29/11/2015

Para fins Transporte Remunerado

fora do prazo da placa

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MACEIO, ALAGOAS

DATA EMISSÃO
32/06/20

DETRAN - AL (ALAGOAS)

PRIMEIRO PLASTIFICAR
216944559

UNICO OFICIO NOTARIAL E REGISTRAR
Rua do Comércio, 50 - Campo Alegre/AL
FONE 3275-1628

Autenticação
Certifico que a Presente Cópia Fotostática
é de igual teor do Original Exibido, do que
Dou fé.

15 FEV. 2018

☐ Olival Vieira Guimarães - Titular
☐ Stephanie F. Guimarães Rolim - Substitua
☒ Alberto Philippe F. Guimarães Rolim - Escrivente

RECONHECIMENTO DE FOLHA
DISTRIBUIDA

BL272931



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - (PO/AL)
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE ARAPIRACA

Av. Governador Lamenha Filho, s/nº, Jardim Tropical, Arapiraca/AL – CEP:57312-450
Fones:3530-2576/3530-2576



fls. 18

LAUDO DE EXAME CADAVERÍCO
PROTOCOLO Nº 0105/18

Aos 28 dias do mês de Janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Arapiraca, às 12:00 horas, no **INSTITUTO MÉDICO LEGAL**, onde funciona o Serviço Médico Legal, presente o doutor **JOSÉ ALVES COSTA NETO**, perito médico-legista da Perícia Oficial do Estado de Alagoas, abaixo-assinado, cumprindo determinação do Diretor do Instituto Médico Legal, de acordo com o disposto nos artigos 159 e 178 do Código de Processo Penal, para realizar o exame pericial em **JOSÉ ROGÉRIO DA HORA**, a fim de ser atendida a requisição (ou ofício) número **S/N/2018** requisitado pelo Bel. José Ailton C. De Almeida, Mat. 21925-8, datado de 28 de janeiro de 2018 a ser encaminhado **PARA FINS PARTICULARES**, descrevendo, com verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrou, descobriu e observou, bem assim para responder aos seguintes quesitos: **1º - se houve morte; 2º - qual a causa da morte; 3º - qual o instrumento ou meio que produziu a morte; 4º - se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?** Em consequência, passou o perito a fazer os exames e investigações que julgou necessários, findos os quais declarou o seguinte: Exame pericial realizado no corpo do sexo masculino, e cujo registro de número **0105/2018** e **NIC 0028070 VERMELHO**, deste Instituto, consta como sendo de **JOSÉ ROGÉRIO DA HORA**, nascido aos 26/02/1977, alagoano, amasiado, motorista, filho de Coarací Eugênio da Hora e Maria Eurides Conceição da Hora, resideten na Rua Iraci Vieira da Silva, 25, Centro, Campo Alegre-AL.

HISTÓRICO:

Conforme descrição no Boletim de Identificação de Cadáver – BIC, acidente de trânsito com vítima.

INSPEÇÃO EXTERNA:

Ao exame externo constata o perito: cadáver de cor parda, sexo masculino, trajando camisa vermelha e calça jeans azul, couro cabeludo dando implantação a cabelos grisalhos, olhos com íris castanhos, em bom estado de nutrição, com resfriamento cutâneo, livores de hipóstases nas partes posteriores. Como sinais externo de violência foram evidenciadas as seguintes lesões: Apresenta escoriações na região anterior do tórax, com fratura exposta na perna direita e esquerda; apresenta ainda esmagamento do polo cefálico com fratura de todos os ossos da face e crânio.

INSPEÇÃO INTERNA:

CAVIDADE CRANIANA: apresenta ainda esmagamento do polo cefálico com fratura de todos os ossos da face e crânio e exteriorização de toda massa encefálica. **CAVIDADE ABDOMINO-TORÁCICA:** Realizadas incisão esterno-manúbrio-pubiana, desviada a esquerda da cicatriz umbilical, dissecada a musculatura peitoral e rebatida lateralmente, aberta a cavidade abdominal pela linha “Alba”, seccionadas as costelas, retirado o plastrão condro-esternal, aberta a cavidade tóraco-abdominal, e realizada inspeção sistemática e sistematizada. Foi



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - (PO/AL)
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE ARAPIRACA

Av. Governador Lamenha Filho, s/nº, Jardim Tropical, Arapiraca/AL – CEP:57312-450
Fones:3530-2576/3530-2576



JOSÉ ROGÉRIO DA HORA (28/01/2018).

constatado: Fratura de todos os arcos costais bilateral; Hemotórax bilateral com lesão pulmonar bilateral, lesão cardíaca; Volumoso hemoperitônio com lesão de baço.

DISCUSSÃO:

Analisando os dados contidos na inspeção externa e na análise das cavidades, o perito pode afirmar que o *de cujus* foi vítima de ação de instrumentos contundente onde se observou lesão do polo cefálico com sangramento interno, assim como lesão pulmonar, esplênica e cardíaca provocando sangramento interno nas três cavidades que foram determinante para o óbito. Não foi feita a documentação necro-papiloscópica por falta de papiloscopista, estamos sem raios-x.

CONCLUSÕES:

Pelos achados descritos pode o perito concluir que o óbito foi decorrente do TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO E TÓRACO-ABDOMINAL.

RESPOSTA AOS QUESITOS:

Findo o exame tanatoscópico o corpo foi reconstituído esteticamente e entregue aos familiares para as providências de funeral e passou o perito a **RESPONDER** aos quesitos de Lei:

AO 1º: SIM.

AO 2º: TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO E TÓRACO-ABDOMINAL PRODUZIDO POR ENERGIA DE ORDEM MECÂNICA.

AO 3º: AÇÃO DE INSTRUMENTO CONTUNDENTE.

AO 4º: NÃO.

Nada mais havendo, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo perito médico legal. Eu, Thales Andrei Corrêa Lúcio, que o digitei e assino

Thales Andrei Corrêa Lúcio
Assistente Administrativo

Instituto Médico

DR. JOSÉ ALVES COSTA NETO

Perito Médico Legista
CRM 6753, Mat. 00.066-3



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - (PO/AL)
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE ARAPIRACA

Av. Governador Lamenha Filho, s/nº, Jardim Tropical, Arapiraca/AL – CEP: 57312-450
 Fones 3530-2576/3530-2576



LAUDO DE EXAME CADAVERÍCO
PROTOCOLO Nº 0105/18

Aos 28 dias do mês de Janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Arapiraca, às 12.00 horas, no **INSTITUTO MÉDICO LEGAL**, onde funciona o Serviço Médico Legal, presente o doutor **JOSÉ ALVES COSTA NETO**, perito médico-legista da Perícia Oficial do Estado de Alagoas, abaixo-assinado, cumprindo determinação do Diretor do Instituto Médico Legal, de acordo com o disposto nos artigos 159 e 178 do Código de Processo Penal, para realizar o exame pericial em **JOSÉ ROGÉRIO DA HORA**, a fim de ser atendida a requisição (ou ofício) número **S/N/2018** requisitado pelo Del. José Ailton C. De Almeida, Mat. 21925-8, datado de 28 de janeiro de 2018 a ser encaminhado para a **DELEGACIA DE CAMPO ALEGRE-AL**, descrevendo, com verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrou, descobriu e observou, bem assim para responder aos seguintes quesitos: *1º - se houve morte; 2º - qual a causa da morte; 3º - qual o instrumento ou meio que produziu a morte; 4º - se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?* Em consequência, passou o perito a fazer os exames e investigações que julgou necessários, findos os quais declarou o seguinte: Exame pericial realizado no corpo do sexo masculino, e cujo registro de número **0105/2018** e **NIC 0028070 VERMELHO**, deste Instituto, consta como sendo de **JOSÉ ROGÉRIO DA HORA**, nascido aos 26/02/1977, alagoano, amasiado, motorista, filho de Coaraci Eugênio da Hora e Maria Eurides Conceição da Hora, residem na Rua Iraci Vieira da Silva, 25, Centro, Campo Alegre-AL.

HISTÓRICO:

Conforme descrição no Boletim de Identificação de Cadáver – BIC, acidente de trânsito com vítima.

INSPEÇÃO EXTERNA:

Ao exame externo constata o perito: cadáver de cor parda, sexo masculino, trajando camisa vermelha e calça jeans azul, couro cabeludo dando implantação a cabelos grisalhos, olhos com íris castanhos, em bom estado de nutrição, com resfriamento cutâneo, livores de hipóstases nas partes posteriores. Como sinais externo de violência foram evidenciadas as seguintes lesões: Apresenta escoriações na região anterior do tórax, com fratura exposta na perna direita e esquerda; apresenta ainda esmagamento do polo cefálico com fratura de todos os ossos da face e crânio.

INSPEÇÃO INTERNA:

CAVIDADE CRANIANA: apresenta ainda esmagamento do polo cefálico com fratura de todos os ossos da face e crânio e exteriorização de toda massa encefálica. **CAVIDADE ABDÔMINO-**

TORÁCICA: Realizadas incisão esterno-manúbrio-pubiana, desviada a esquerda da cicatriz umbilical, dissecada a musculatura peitoral e rebatida lateralmente, aberta a cavidade abdominal pela linha "Alba", seccionadas as costelas, retirado o plastrão condro-esternal, aberta a cavidade tóraco-abdominal, e realizada inspeção sistemática e sistematizada. Foi



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - (PO/AL)
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE ARAPIRACA

Av. Governador Lamenha Filho, s/nº, Jardim Tropical, Arapiraca/AL - CEP 57312-450
Fones 3530-2576/3530-2576



fls. 21

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA (28/01/2018).

constatado: Fratura de todos os arcos costais bilateral; Hemotórax bilateral com lesão pulmonar bilateral, lesão cardíaca; Volumoso hemoperitônio com lesão de baço.

DISCUSSÃO:

Analisando os dados contidos na inspeção externa e na análise das cavidades, o perito pode afirmar que o *de cujus* foi vítima de ação de instrumentos contundente onde se observou lesão do polo cefálico com sangramento interno, assim como lesão pulmonar, esplênica e cardíaca provocando sangramento interno nas três cavidades que foram determinante para o óbito. Não foi feita a documentação necro-papiloscópica por falta de papiloscopista, estamos sem raios-x.

CONCLUSÕES:

Pelos achados descritos pode o perito concluir que o óbito foi decorrente do TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO E TÓRACO-ABDOMINAL.

RESPOSTA AOS QUESITOS:

Findo o exame tanatoscópico o corpo foi reconstituído esteticamente e entregue aos familiares para as providências de funeral e passou o perito a RESPONDER aos quesitos de Lei:

AO 1º SIM.

AO 2º TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO E TÓRACO-ABDOMINAL PRODUZIDO POR ENERGIA DE ORDEM MECÂNICA.

AO 3º AÇÃO DE INSTRUMENTO CONTUNDENTE

AO 4º NÃO

Nada mais havendo, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo perito médico legal Eu, Thales Andrei Corrêa Lúcio, que o digitei e assino _____ Instituto Médico Legal de Arapiraca aos 28 de janeiro de 2018.

THALES ANDREI CORRÊA LÚCIO
PERITO MÉDICO LEGISTA

DR. JOSÉ ALVES COSTA NETO
Perito Médico Legista
CRM 6753, Mat. 00.066-3



TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO
BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA

DATA DE NASCIMENTO

26/02/1977

Nº INSCRIÇÃO

0248 7110 1791

D.V.

ZONA

035

SEÇÃO

0214

MUNICÍPIO / UF

TEOTÔNIO VILELA/AL

DATA DE EMISSÃO

20/04/2012

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema Único de Saúde

fls. 22

JOSE ROGERIO DA HORA

Data Nasc.: 26/02/1977

Sexo: M

702 4090 1958 9528



DISQUE SAÚDE 136

Este cartão é de uso pessoal e intransferível.
Em caso de roubo ou perda, comunicar ao Disque-Saúde.
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

026.409.194-90

Nome

JOSE ROGERIO DA HORA

Nascimento

26/02/1977

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI.01



FOTO POSITIVO



José Rogério DA HORA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.651.072

DATA DE EXPEDIÇÃO 18.07.2008

NOME JOSÉ ROGÉRIO DA HORA

FILIAÇÃO Coaraci Eugenio da Hora

Maria Eurides Conceição da Hora

NATURALIDADE Junqueiro-AL

DATA DE NASCIMENTO 26.02.1977

O. Nasc. Nº 2091 Iv.03a Fls.117v

Dist. de Junqueiro-AL

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 116 DE 29/08/83



ESTADO DE ALAGOAS

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

NUMERO: 0209-R/18-0002

Pág.1 / 1

SECRETARIA

DELEGACIA: 79º DP - Teotônio Vilela 6ª DRP/DPJA2

fls. 23

DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

FONE: 35431155

DATA/HORA COMUNICADO: 28/01/2018 20:18

POLICIA CIVIL

DELEGACIA DESTINO: 75º DP - Campo Alegre 6ª DRP/DPJA2

FATO

NATUREZA: ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE

INSTRUMENTO: Outros

DATA/HORA: 28/01/2018 04:30

LOCAL DO FATO PROXIMO A RODOVIA BR 101 Zona Rural Campo Alegre

DIA DA SEMANA: 7

PONTO DE REFERÊNCIA: ESTRADA DE ACESSO

COR	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	DIA DA SEMANA	GRAU DE INSTRUÇÃO
1 BRANCO 2 PRETO 3 AMARELO	1 SOLTEIRO 2 CASADO 3 VIUVO	1 BRAS. NATO 2 BRAS. NATURALIZADO 3 ESTRANGEIRO	1 SEG 2 TER 3 QUA	1 ANALFABETO 2 ALFABETIZADO 3 FUNDAMENTAL
4 PARDO 5 SARARA 6 ALBINO	4 SEPARADO 5 AMASIADO		4 QUI 5 SEX 6 SAB	4 NIVEL MEDIO 5 SUPERIOR

VITIMA

NOME / RAZÃO SOCIAL: JOSE ROGERIO DA HORA

RG 1651072

SSP-AL

CPF

FILIAÇÃO: CORACI EUGENIO DA HORA

MARIA EURIDES CONCEIÇÃO DA HORA

PROFISSÃO: Motorista

DATA DE NASCIMENTO 26/02/1977

IDADE 40

COR 4

SEXO M

UF: AL NATURALIDADE: JUNQUEIRO

NACIONALIDADE 1

ESTADO CIVIL 2

GRAU INSTRUÇÃO

TURISTA

ENDEREÇO: ANTONIO CUNHA LINHARES

Nº S/N

BAIRRO:

CIDADE: Boca da Mata

FONE

SE () PM () PF () PC () PRF () BM () JM ESPECIFICAR () EM SERVIÇO () FORA DE SERVIÇO () INATIVO

AFINIDADE VITIMA -> AUTOR

OCORRÊNCIA/RELAÇÃO ANADA A

Nº 0800-G/11-10

AUTOR: DESCONHECIDO

HISTORICO

VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO ESTAVA TRAFEGANDO EM UMA MOTOCICLETA QUE FOI ENTREGUE AO PROPRIETARIO, QUE É ENTEADO DA VITIMA.

BRUNO NATANIEL DOS ANJOS FLORENCIO, RG 4052503-1, CPF 089.676.044-83, FONE 9 9400-9261.

NOTICIANTE:

ASS.

ELABORADO POR: Alecxandro Ferreira Feitosa

ASS.

RG / MAT 3010813

AUTORIDADE: ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS

ASS.

RG / MAT 36

ESCRIVÃO AD-HOC: Alecxandro Ferreira Feitosa

ASS.

RG / MAT 3010813

Certifico haver autenticado a presente fotocópia com o original que me foi apresentado. Dou fé. Junqueiro - AL (19/03/2018) x13

- ☐ Guilherme do Nascimento Porto - Titular
- ☐ Maria Aparecida do Nascimento Alves - Substituto
- ☐ Marcos Silveira Porto Junior - Substituto
- ☒ Vera Lúcia Ferreira da Silva - Escrevente Autorizada



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE WILLAMES OLIVEIRA COSTA e www2.tjal.jus.br, protocolado em 13/03/2019 às 19:36, sob o número 07001728620198020038. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0700172-8-2019-8-02-0038 e código 334B99A.

Cartório do Registro Civil e Notas
CNPJ: 02.174.478/0001-83
Rua do Comércio, 90 - Centro
CEP: 57250-000 - Campo Alegre - AL
Fone: (82) 3275-1614
Angela Maria Vieira e Silva Maia - Oficial Titular
Arthur Vinícius Vieira e Silva Santos - Oficial Substituto
Anderson Lopes Silva Santos - Oficial Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

JOSÉ ROGÉRIO DA HORA

CPF

026.409.194-90

MATRÍCULA:

002899 01 55 2018 4 00014 141 0004929 37

SEXO Masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Divorciado, 40 anos
NATURALIDADE Junqueiro - AL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG Nº 1651072 SSP/AL emitido em 18/07/2001, CPF Nº 026.409.194-90, Título de eleitor Nº 024871101791 zona 035 seção 0214 da cidade de TEOTÔNIO VILELA-AL emitido em 20/04/2012, CTPS Nº 0259220 Série 40-AL emitido em 08/04/2016, Cartão Nacional de Saúde Nº 702 4090 1958 9528	
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filho de COARACI EUGENIO DA HORA e de MARIA EURIDES CONCEIÇÃO DA HORA. Residência do falecido: RUA IRACI VIEIRA DA SILVA nº 25 CASA, N/CIDADE DE, Campo Alegre - AL		
DATA E HORA DE FALECIMENTO Vinte e oito de janeiro de dois mil e dezoito, às 5h40min.		
LOCAL DE FALECIMENTO BR 101, ZONA RURAL, N/MUNICÍPIO DE, CAMPO ALEGRE-AL, Campo Alegre-AL		
CAUSA DA MORTE TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO, TORACOABDOMINAL PRODUZIDO, AÇÃO DE INSTRUMENTO DE PERFURO CONTUNDENTE		
SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITÉRIO SÃO JOSÉ, POV. CHÃ DA IMBIRA, N/MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-AL	DECLARANTE ALDA MARIA DOS ANJOS, nacionalidade BRASILEIRA, RG Nº 1534386-SSP/AL, CPF/MF Nº 020.679.074-09, profissão FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL, estado civil solteira, residente RUA IRACI VIEIRA DA SILVA, Nº 25, N/CIDADE DE C.ALEGRE-AL, COMPANHEIRA do falecido	
NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO JOSÉ ALVES, CRM 6753-AL		
AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCER Ato registrado no livro C-14, às folhas 141 sob o nº 4929. Data do registro: 1 de fevereiro de 2018. Data do óbito: 28 de janeiro de 2018. Profissão do falecido: MOTORISTA. Data de nascimento do falecido: 26 de fevereiro de 1977. Era portador do título de eleitor nº 024871101791, Zona 035, Seção 0214. Divorciado de CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS, casado aos 14/11/2002, em Teotônio Vilela-AL, Livro B AUX 1, folha 16, nº 31. O falecido não deixou bens nem testamento, não era reservista, não era eleitor, deixou (01) um filho de maior idade e (03) três filhos menor de nome RAUANI SANTOS DA HORA, ARTHUR SANTOS DA HORA e LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA. Não constam averbações à margem do termo. Vide e verso		

Bela, Angela M. Vieira e S. Maia
Oficial
Ato nº 160-TJ/AL

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
CAMPO ALEGRE, 7 de fevereiro de 2018.

OFICIAL

AA 938726



SECRETARIA
DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL

DELEGACIA: 79º DP - Teotônio Vilela 6ª DRP/DPJA2
FONE: 35431155 DATA/HORA COMUNICADO: 28/01/2018 20:18
DELEGACIA DESTINO: 75º DP - Campo Alegre 6ª DRP/DPJA2

fls. 25

FATO

NATUREZA: ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE

INSTRUMENTO: Outros

DATA/HORA: 28/01/2018 04:30

LOCAL DO FATO: PROXIMO A RODOVIA BR 101 Zona Rural Campo Alegre

DIA DA SEMANA: 7 PONTO DE REFERÊNCIA: ESTRADA DE ACESSO

UN	COR	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	DIA DA SEMANA	GRAU DE INSTRUÇÃO								
1	BRANCO	4	PARDOS	1	SEG	4	QUI	7	DOM	1	ANALFABETO	4	NIVEL MEDIO
2	PRETO	5	SARARA	2	TER	5	SEX	2	QUA	2	ALFABETIZADO	5	SUPERIOR
3	AMARELO	6	ALBINO	3	QUA	6	SAB	3		3	FUNDAMENTAL		

VITIMA

NOME / RAZÃO SOCIAL: JOSE ROGERIO DA HORA

RG: 1651072

SSP-AL

CPF:

FILIAÇÃO: CORACI EUGENIO DA HORA

MARIA EURIDES CONCEIÇÃO DA HORA

PROFISSÃO: Motorista

DATA DE NASCIMENTO: 26/02/1977

IDADE: 40

COR: 4

SEXO: M

UF: AL NATURALIDADE: JUNQUEIRO

NACIONALIDADE: 1

ESTADO CIVIL: 2

GRAU INSTRUÇÃO:

TURISTA:

ENDEREÇO: ANTONIO CUNHA LINHARES

Nº S/N

BAIRRO:

CIDADE: Boca da Mata

FONE:

SE () PM () PF () PC () PRF () BM () GM ESPECIFICAR () EM SERVIÇO () FORA DE SERVIÇO () INATIVO

AFINIDADE VITIMA -> AUTOR.

OCORRÊNCIA RELACIONADA A

Nº 0800-G/11-178

AUTOR: DESCONHECIDO

HISTORICO

VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO ESTAVA TRAFEGANDO EM UMA MOTOCICLETA QUE FOI ENTREGUE AO PROPRIETARIO, QUE É ENTEADO DA VITIMA;

BRUNO NATANIEL DOS ANJOS FLORENCIO, RG 4052503-1, CPF 089.676.044-83, FONE 9.9400-9261;

[*** Retificação: NA DATA DE HOJE, 02/05/2018, INSIRO OS DADOS DO VEICULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE SUPRA: HONDA/CG 160 FAI ESDI 2017/2017; PRETA - PLACA: QLF-3504; RENAVAL: 01121996377. *** Retificado por Audail Chagas de Oliveira em 02/05/2018 21:43. ***]

NOTICIANTE:

ASS.:

ELABORADO POR: Alexxandro Ferreira Feitosa

ASS.:

RG / MAT.: 3010813

AUTORIDADE: ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS

ASS.:

RG / MAT.: 36

ESCRIVÃO AD-HOC: Alexxandro Ferreira Feitosa

ASS.:

RG / MAT.: 3010813

Audail Chagas de Oliveira
Chefe de Operações Policiais
Mat. 300.586-7

3180180050
Simistro



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício do Teotônio Vilela
Rua Teófilo Pereira, 555, Centro - CEP 57265-000, Fone: 3543-1375, Teotonio
Vilela-AL - E-mail: teotoniovilela@tjal.jus.br

Autos nº 0700172-86.2019.8.02.0038

Ação: Petição

Requerente: Luiz Alberto Santos da Hora e outro

Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A

DESPACHO

Inicialmente, porque presentes os requisitos do art. 319, do NCPC, recebo a petição inicial.

Verifico que foi requerida na petição inicial, a concessão do benefício da gratuidade de justiça. Deste modo, é possível notar que foi anexada declaração de pobreza à fl.06, a qual demonstra a situação de vulnerabilidade econômica do (a) autor(a), não havendo notícia ou prova de situação que infirme a condição de hipossuficiente do(a) requerente.

Por tais razões, **DEFIRO** o pleito de gratuidade de justiça.

Designo audiência de conciliação para data de **02 de julho de 2019 às 09h30min, neste Fórum.**

Cite-se e intime-se o (a) requerido(a), para comparecer a audiência e , querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a iniciar-se no dia seguinte a audiência de conciliação que restou infrutífera, contestar a presente ação (art. 335, I e III, do NCPC) sob pena de revelia (art. 344, do CPC/2015, ressalvando-se o disposto no art. 345, II, do citado Diploma)

intime-se a parte autora por meio de seu patrono, para comparecer à audiência de conciliação.

Advirta-se, às partes que elas deverão estar acompanhadas de seus respectivos



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício do Teotônio Vilela
Rua Teófilo Pereira, 555, Centro - CEP 57265-000, Fone: 3543-1375, Teotonio
Vilela-AL - E-mail: teotoniovilela@tjal.jus.br

advogados ou defensores públicos, consoante prevê o art. 695, § 4º, do NCPC.

Cientifique-se o Ministério Público.

Teotonio Vilela(AL), 06 de maio de 2019.

Guilherme Bubolz Bohm
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0211/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
José Willames Oliveira Costa (OAB 16291/AL)

Forma
D.J

Teor do ato: "Autos nº 0700172-86.2019.8.02.0038 Ação: Petição Requerente: Luiz Alberto Santos da Hora e outro Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A DESPACHO Inicialmente, porque presentes os requisitos do art. 319, do NCPC, recebo a petição inicial. Verifico que foi requerida na petição inicial, a concessão do benefício da gratuidade de justiça. Deste modo, é possível notar que foi anexada declaração de pobreza à fl.06, a qual demonstra a situação de vulnerabilidade econômica do (a) autor(a), não havendo notícia ou prova de situação que infirme a condição de hipossuficiente do(a) requerente. Por tais razões, DEFIRO o pleito de gratuidade de justiça. Designo audiência de conciliação para data de 02 de julho de 2019 às 09h30min, neste Fórum. Cite-se e intime-se o (a) requerido(a), para comparecer a audiência e , querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a iniciar-se no dia seguinte a audiência de conciliação que restou infrutífera, contestar a presente ação (art. 335, I e III, do NCPC) sob pena de revelia (art. 344, do CPC/2015, ressaltando-se o disposto no art. 345, II, do citado Diploma) intime-se a parte autora por meio de seu patrono, para comparecer à audiência de conciliação. Advirta-se, às partes que elas deverão estar acompanhadas de seus respectivos advogados ou defensores públicos, consoante prevê o art. 695, § 4º, do NCPC. Cientifique-se o Ministério Público. Teotônio Vilela(AL), 06 de maio de 2019. Guilherme Bubolz Bohm Juiz de Direito"

Teotônio Vilela, 10 de maio de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0211/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 13/05/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 15/05/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
José Willames Oliveira Costa (OAB 16291/AL)	5	21/05/2019

Teor do ato: "Autos nº 0700172-86.2019.8.02.0038 Ação: Petição Requerente: Luiz Alberto Santos da Hora e outro Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A DESPACHO Inicialmente, porque presentes os requisitos do art. 319, do NCPC, recebo a petição inicial. Verifico que foi requerida na petição inicial, a concessão do benefício da gratuidade de justiça. Deste modo, é possível notar que foi anexada declaração de pobreza à fl.06, a qual demonstra a situação de vulnerabilidade econômica do (a) autor(a), não havendo notícia ou prova de situação que infirme a condição de hipossuficiente do(a) requerente. Por tais razões, DEFIRO o pleito de gratuidade de justiça. Designo audiência de conciliação para data de 02 de julho de 2019 às 09h30min, neste Fórum. Cite-se e intime-se o (a) requerido(a), para comparecer a audiência e , querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a iniciar-se no dia seguinte a audiência de conciliação que restou infrutífera, contestar a presente ação (art. 335, I e III, do NCPC) sob pena de revelia (art. 344, do CPC/2015, ressaltando-se o disposto no art. 345, II, do citado Diploma) intime-se a parte autora por meio de seu patrono, para comparecer à audiência de conciliação. Advirta-se, às partes que elas deverão estar acompanhadas de seus respectivos advogados ou defensores públicos, consoante prevê o art. 695, § 4º, do NCPC. Cientifique-se o Ministério Público. Teotonio Vilela(AL), 06 de maio de 2019. Guilherme Bubolz Bohm Juiz de Direito"

Teotonio Vilela, 13 de maio de 2019.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da Vara do Único Ofício do Teotônio Vilela

Rua Teófilo Pereira, 555, Centro - CEP 57265-000, Fone: 3543-1375, Teotonio Vilela-AL - E-mail: teotoniovilela@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Processo Digital n°: **0700172-86.2019.8.02.0038**
 Classe – Assunto: **Petição - Seguro**
 Requerente: **Luiz Alberto Santos da Hora e outro**
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamentos S/A**
 Data da Audiência: **02/07/2019 às 09:30h - Sala salão do júri.**
 Senha: 66zmm7

Destinatário:

Banco Bradesco Financiamentos S/A
 Cidade de Deus - Prédio Cinza, SN, Vila Yara
 Osasco-SP
 CEP 06029-900

Observação: A Senha de acesso ao processo encontra-se na parte inferior, junto a assinatura.

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, bem como **INTIMADA(O)** a comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, acima mencionada, munido de documento de identidade, nos termos do art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

ADVERTÊNCIAS: Na ocasião, poderá apresentar defesa e/ou pedido contraposto de forma oral ou escrita (por **mídia eletrônica**), trazer provas e até três testemunhas (cuja intimação, em caráter excepcional, poderá requerer até cinco dias antes da audiência), se quiser. Deixando de comparecer à audiência, Vossa Senhoria será considerado **REVEL**, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial, sendo proferido julgamento de imediato, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou. **PARA PESSOA JURÍDICA:** fica advertida(o) de que deverá comparecer, por seu representante legal, com prova de representação e poderá estar acompanhada(o) de advogado(a). O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatícios (§ 4º do art. 9º da Lei nº 9.099/1995). **EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, PODERÁ HAVER INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUANDO DA INSTRUÇÃO.** As mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas pelas partes ao juízo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação (art. 19, § 2º, da Lei nº 9.099/1995).

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço **www.tjal.jus.br**, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Teotonio Vilela, 06 de junho de 2019. **Cícero dos Santos Leandro Júnior, chefe de secretaria.**


**AVISO DE
RECEBIMENTO**
Digital

 11/06/2019
LOTE: 1954

ATENÇÃO:
Posta restante de
20 (vinte) dias
corridos.

DESTINATÁRIO

Banco Bradesco Financiamentos S/A

Cidade de Deus - Prédio Cinza, SN, -, Vila Yara

Osasco, SP

06029-900
AR990972050VU

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

3ª ____/____/____ ____:____ h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o endereço | |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

BRANCO - JATILLOS
001 - PRÉDIO CINZA

12 JUN 2019

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Valter Luis da Rocha
RG. 24.720.397-X

 CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

JJ

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Benedito Alves Nogueira
Matr. 8.921.069-7
Carteiro



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TEOTONIO VILELA/AL

Processo n.º **07001728620198020038**

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA** e **ARTHUR SANTOS DA HORA**, representados por sua genitora **CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alega a parte autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **JOSE ROGÉRIO DA HORA** foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **28/01/2018**.

Desta maneira, a parte Autora entendendo encontrar-se de posse de todos os documentos necessários à percepção da verba indenizatória a título de Seguro DPVAT.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cabe esclarecer que se tratado de interesse de incapaz, o artigo 178, inciso II do CPC, informa que o Ministério Público deverá ser intimado no prazo de 30 dias para intervir como fiscal da lei.

Diante disso, requer a intimação do Ministério Público para que se manifeste nos termos o artigo 279, do CPC, sob pena de nulidade.

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DA ILEGITIMIDADE DO POLO PASSIVO

Inicialmente, frisamos que a Seguradora Ré, a saber, **BANCO BRADESCO S/A** desligou-se do Convênio DPVAT, respondendo portanto, somente por sinistros que foram devidamente regulados por ela até a data do desligamento, o que não é o caso da presente demanda.

Sendo assim, a Ré é parte ilegítima para compor a presente demanda, uma vez que esta não faz mais parte das Seguradoras conveniadas ao Convênio DPVAT.

Face esta circunstância, não se configura, pois, qualquer relação de direito material entre a parte Autora e a Ré capaz de legitimar interesse jurídico no ajuizamento desta demanda diretamente contra a Contestante, por faltar uma das condições da ação, qual seja, a legitimidade, restando à parte autora carecedora de ação.

Todavia, em atenção ao princípio da celeridade processual, pugna-se pela substituição da demandada, pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, vez que a mesma foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Assim, requer a substituição do polo passivo para a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT**. Caso não seja o entendimento do nobre Magistrado, requer-se a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, ante a ilegitimidade passiva demonstrada.

DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” PARA RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Cumprе destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil².

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar à qualidade de VERDADEIROS beneficiários das Autoras na presente demanda³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²“Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”.

Cumpra esclarecer, que o valor pleiteado pela autora é devido a outros beneficiária da vítima, o que obsta o pagamento de R\$ 6.750,00 aos autores da presente ação. fls. 35

Verifica-se, que a vítima tinha uma companheira a Sra. Alda Maria dos Anjos e mais dois filhos os Srs. Rauani Silva da Hora e Riqueli Silva da Hora, com isso aos mesmos se tornam também beneficiários, conforme podemos observar na certidão de óbito e na declaração de únicos herdeiros

SEPULTAMENTO / CRIMAÇÃO CEMITÉRIO SÃO JOSÉ, POV. CHÃ DA IMBIRA, N/MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-AL	DECLARANTE ALDA MARIA DOS ANJOS, nacionalidade BRASILEIRA, RG Nº 1534386-SSP/AL, CPF/MF Nº 020.679.074-09, profissão FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL, estado civil solteira, residente RUA IRACI VIEIRA DA SILVA Nº25 N/CIDADE DE C.ALEGRE-AL, COMPANHEIRA do falecido
--	---

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCELER
Ato registrado no livro C-14, às folhas 141 sob o nº 4929. Data do registro: 1 de fevereiro de 2018. Data do óbito: 28 de janeiro de 2018. Profissão do falecido: MOTORISTA. Data de nascimento do falecido: 26 de fevereiro de 1977. Era portador do título de eleitor nº 024871101791, Zona 035, Seção 0214. Divorciado de CLEDJA FERREIRA DOS SANTOS, casado aos 14/11/2002, em Teotônio Vilela-AL, Livro B AUX 1, folha 16, nº 31. O falecido não deixou bens nem testamento, não era reservista, não era eleitor, deixou (01) um filho de maior idade e (03) três filhos menor de nome RAUANI SANTOS DA HORA, ARTHUR SANTOS DA HORA e LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA. Não constam averbações à margem do termo. Vide e verso

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS



Declaro(amais), para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima Jose Rogério da Hora, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 28 / 01 / 2018, faleceu em 28 / 01 / 2018, no estado civil de divorciado (solteiro, casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

NOME COMPLETO	NA QUALIDADE DE (*)	RG	CPF
1. <u>Luiz Alberto S. da Hora</u>	<u>Filho</u>	<u>4255034-9</u>	<u>345.480.394-80</u>
2. <u>Arthur S. da Hora</u>	<u>Filho</u>	<u>4254782-2</u>	<u>345.482.984-28</u>
3. <u>Ruani S. da Hora</u>	<u>Filho</u>		
4. <u>Riqueli S. da Hora</u>	<u>Filho</u>		
5.			

(*) Especificar o grau de parentesco com a vítima

Declaro(mos), ainda que a vítima () não deixou companheira(o) ou (X) deixou companheira(o) de nome Alda Maria dos Anjos.

Resta, portanto, devidamente caracterizado que a Sra. Alda Maria dos Anjos e dos outros dois filhos Rauani Silva da Hora e Riqueli Silva da Hora são também beneficiários da vítima.

Cumpra destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar que companheira Alda Maria e os outros dois filhos Rauani e Riqueli, também se enquadram na qualidade beneficiários, contudo, como não é parte na presente demanda, cabendo que seja resguardada a sua parte, que como Ex-Companheira o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) e para os filhos Rauani e Riqueli o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), totalizando um valor de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte cinco reais).

³SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT AÇÃO DE COBRANÇA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA ACOLHIDA CABIA AO AUTOR TRAZER AOS AUTOS PROVA INEQUÍVOCA DA SUA CONDIÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO DA VÍTIMA. Apelação parcialmente provida. (TJ-SP - APL: 00105812220108260003 SP 0010581-22.2010.8.26.0003, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 28/04/2014, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/04/2014)

Tal situação se impõe, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar o pagamento do mesmo valor já pago nesta demanda, pois não observada que ainda existe a outra beneficiária. fls. 36/37

DESTA FORMA, ANTE A COMPROVADA EXISTÊNCIA DA SRA. ALDA MARIA DOS ANJOS, EX-COMPANHEIRA, E DOS FILHOS RUANI SILVA DA HORA E DA RIQUELE SILVA DA HORA, QUE EMBORA NÃO ESTEJAM FIGURANDO NO POLO DESTA, POSSUI DIREITO A SUA PARTE NA INDENIZAÇÃO, EM CASO DE CONDENAÇÃO, REQUER A RÉ QUE SEJA RESGUARDADA A COTA PARTE DA COMPANHEIRA ALDA E DOS FILHOS QUE EQUIVALEM A QUANTIA R\$ 10.125,00, DEVENDO TAL VALOR SER EXCLUÍDO DO COMPUTO DA CONDENAÇÃO.

DO MÉRITO

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

- ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74 -

Cumpre salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT⁴.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil⁵.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a **qualidade de única beneficiária, devendo restar claro que a vítima não deixou outros herdeiros.**

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

⁴Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: "art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (...)."

⁵Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas, em especial a Ilegitimidade Ativa para o recebimento da sua cota parte.

Requer ainda, considerando o interesse de incapaz, intimação do Ministério Público, para os fins do art. 178, II c/c 279 CPC.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, **tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito sob o nº **OAB/AL 3564A** e **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO** inscrito sob o nº **OAB/AL 5624**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TEOTONIO VILELA, 27 de Junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/AL 3564A

NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO
OAB/AL 5624

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/AL 3564A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**, inscrita na OAB/AL sob o nº 5624 com escritório na RUA LADEIRA EUSTAQUIO GOMES MELO (LADEIRA DA CATEDRAL), N 67 SL. 101 CENTRO MACEI/AL- CEP: 27.051-300, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **LUIZ ALBERTO SANTOS DA HORA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **TEOTONIO VILELA**, nos autos do Processo nº 07001728620198020038.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AL 3564A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE DA FILIAL OU RENOVO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Non-furcation

Sociedade anônima

Private Entrepreneur

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303, 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479.6

SEGURODORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salto(s): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC4943069D4

**REQUERIMIENTO**


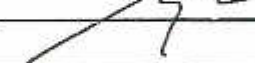
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGURO DEVAT S/A

NIRE: 333.0428479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/01/2018 SOB O NÚMERO 00003349059 e demais constantes do Livro de autenticação.

Anticriptação: FD6974386FA48220CF0F4856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233F496AFDA80E1FD8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o n.º de protocolo.

Page 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

[Assinaturas manuscritas]



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205

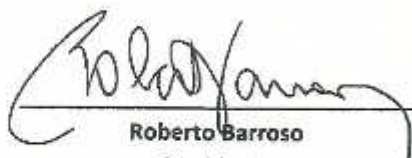


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.3028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 07003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F76974386FA48220CFDE4B56AFAD85ECF8FFD5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-Df, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: DO-2018/017193-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NOME: 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFD84B56AFAD85ECF8FDE5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o nº de protocolo.

Pag: 11/13



12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4886507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger
Bernardo F. S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4998508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo R.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

14/3



45965511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4895513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

P/12



4298515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

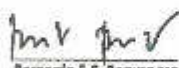
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL
Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9300
ADEB2B590
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000529453)**
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.
Em testemunho _____
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLP-54081 HDE, DEL-56882 BRS
Consulte em <https://www3.tirijus.br/sitepublico>

Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS
Total

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3,2% Escrevente
: CTRB 46062 série 09077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 8.986/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



CARTÓRIO

Av. Erasmo Braga, 255, 1º Andar - Centro - Rio de Janeiro RJ 20032-224 - 2242-7476

118930AA433026

21º OFÍCIO DE NOTAS - DR. VANELE FALCÃO - TABELA DE NOTAS

Av. Erasmo Braga, nº 255 1º Andar - Centro - Tel.: (21) 2532-2121. 03 de Abril de 2018

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA

Em testemunho _____ da verdade.

Mai. GU LHERME LEAL DE MENEZES WENCESLAU - Escrevente

Emolumentos: R\$ 5,56 TJ-Fundos: R\$ 2,28 Total: R\$ 7,84

ECNF75775-ROP

Consulte em: <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

